



Prefeitura de
PILAR DE GOIÁS

Novo tempo, novas conquistas!

ADM. 2021/2024

AVISO DE CONTRATAÇÃO - DISPENSA Nº 31/2023

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE PILAR DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.647.303/0001-26, com sede na Praça das Cavalhadas, nº 401, Centro, CEP: 76.372-000, Pilar de Goiás/GO, por intermédio do Departamento de Licitação, torna público que, realizará Chamada Pública, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	DIA 30/08/2023, ÀS 17h00min
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORARIO DE BRASILIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	dp.licitacaopilardegoias@gmail.com
LINK DO EDITAL:	https://pilar.go.gov.br/

1.0 – DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS/PROJETOS VISANDO A OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO URBANO, JUNTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE PILAR DE GOIÁS-GO.

1.1 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.1.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- 1.1.2 – ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
- 1.1.3 – ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO;

2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município de Pilar de Goiás, para exercício de 2023, na classificação abaixo:

3.25. 15.451.0500.2.007– 3.3.90.39 – APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. FICHA: 208. FONTE: 100.

3.0 – DO VALOR ESTIMADO:

3.2.1 - O valor global estimado para contratação será de R\$ 36.455,85 (trinta e seis mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).



4.0 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTACÃO:

4.1. A presente **CHAMADA PÚBLICA** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: **dp.licitacaopilardegoias@gmail.com**, preferencialmente fazendo referência a **DISPENSA**.

4.1.1 **Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 30/08/2023 às 17h00min.**

4.2 Habilitação Jurídica e Fiscal:

- 4.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
- 4.2.2 Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
- 4.2.3 Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.2.4 Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- 4.2.5 Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- 4.2.6 Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- 4.2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 4.2.8 Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG);

4.3 Proposta de Preço/Cotação:

- 4.3.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no **Anexo II** deste Edital.
- 4.3.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.
- 4.3.3 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

5.0 – DO PAGAMENTO:



Prefeitura de
PILAR DE GOIÁS

Novo tempo, novas conquistas!

ADM. 2021/2024

5.1. O pagamento ocorrerá em quatro parcelas mensais de igual valor, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

6.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Poderá o Município revogar o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.2. O Município deverá anular o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

6.3. A anulação do procedimento de Chamada Pública, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Pilar de Goiás-GO, 23 de agosto de 2023.

JOÃO VITOR PEREIRA PORTE

Presidente da CPL



Prefeitura de
PILAR DE GOIÁS

Novo tempo, novas conquistas!

ADM. 2021/2024

ANEXO I

DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. N° 75, INCISO II da Lei 14.133/2021.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS/PROJETOS VISANDO A OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO URBANO, JUNTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE PILAR DE GOIÁS-GO.

2. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QTD.	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS/PROJETOS VISANDO A OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO URBANO, JUNTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE PILAR DE GOIÁS-GO.	UN	1	R\$ 36.455,85

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 A presente contratação é necessária tendo em vista a necessidade de elaboração de estudos técnicos/projetos visando a obtenção de licença ambiental para parcelamento de solo em área destinada a construção de loteamento para habitação popular.

3.2 Com o intuito de promover o desenvolvimento da cidade e a melhoria da qualidade de vida, buscando a transformação desse cenário, a Prefeitura Municipal de Pilar de Goiás-GO, vem empreendendo ações e projetos, para que seja possível a construção de loteamento para futura área de habitação.

4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. DOS SERVIÇOS

4.1.2 Deverá a empresa contratada apresentar/prestar serviços conforme seguintes condições:

- O Memorial de Caracterização de Empreendimento (MCL), elaborado conforme TR da SEMAD;
- O laudo de Declividade será entregue acompanhado de modelo digital do terreno (MDT) e do mapa de declividade;
- O Laudo de Condição Alagadiça, entregue acompanhado do mapa de trechos sujeitos a inundação elaborado pela ANA – Agência Nacional de Águas;
- O Laudo Geológico será entregue acompanhado do mapa geológico e geomorfológico;



- e) O teste de Percolação será elaborado conforme Anexo A da Instrução normativa NBR 13969/1997;
- f) O projeto do tanque septico e do sumidouro, memorial construtivo e memorial de calculo serçao elaborados conforme Instrução Normativa NBR 7229/1993.

5 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento ocorrerá parcelado em 06 (seis) vezes de igual valor, sendo pago até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente ao que os serviços forem prestados, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

6. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços, objeto deste Termo, deverão ser prestados na localidade onde sera destinado o loteamento, na cidade de Pilar de Goiás-GO,

6.2. Será de responsabilidade da Contratada todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, ou encargos sociais, inclusive despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos do serviço prestado.

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência para a execução dos serviços serão de 06 (seis) meses, a contar da assinatura do contrato, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nosterms do disposto no art. 107 da referida norma.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos qualitativos.

- a) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;
- d) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;
- e) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.



- f) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.
- g) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- h) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- i) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- j) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, em conformidade com o objeto.

- a) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- b) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- c) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- d) Responsabilizar-se pelas despesas médicas e hospitalares com seus empregados, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho, bem como dos servidores e terceiros no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação do objeto, não cabendo qualquer ônus para a administração;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- f) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- g) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
- h) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

10. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

10.1. A fiscalização do presente procedimento será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;

10.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

10.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

10.4. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.



11. DAS SANÇÕES

11.1 Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ofuncionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- c) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase de defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

12. DA FISCALIZAÇÃO

Fica designado como fiscal do contrato o servidor: **DANILO FERNANDES DE OLIVEIRA CASTILHO**.



Prefeitura de
PILAR DE GOIÁS

Novo tempo, novas conquistas!

ADM. 2021/2024

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA DE VALOR Nº 31/2023

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS/PROJETOS VISANDO A OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO URBANO, JUNTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE PILAR DE GOIÁS-GO.

PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QTD.	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO AMBIENTAL, NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SONDAGEM PARA COLETA DE AMOSTRAS DE SOLO; INSTALAÇÃO DE POÇOS DE MONITORAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO PML; E REALIZAÇÃO DE ANÁLISES EM AMOSTRAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA E SOLO.	UN	1	R\$

Valor Global da Proposta;

Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrãototalmente por conta da Empresa contratada.

Razão social.

Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

Pilar de Goiás-GO _____ de _____ de 2023.

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.



Prefeitura de
PILAR DE GOIÁS

Novo tempo, novas conquistas!

ADM. 2021/2024

ANEXO III

MODELO DE CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇOS Nº ____/2023

*Contrato Administrativo de Serviços, ora
celebrado pelo MUNICIPIO DE PILAR DE
GOIÁS e _____.*

O **MUNICIPIO DE PILAR DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.647.303/0001-26, com sede na Praça das Cavalhadas, nº 401, Centro, CEP: 76.370-000, Pilar de Goiás/GO, na pessoa do Secretário Municipal de Gestão **JOSELIO RODRIGUES DO NASCIMENTO NETO**, brasileiro, casado, autônomo, inscrito no CPF/MF sob o nº 837.385.761-34, RG sob o nº 3687186 – SSP/GO, residente e domiciliado na Rua Josélio R. do Nascimento, Q. I, L. I, Nº 0, Centro, Pilar de Goiás, CEP 76.372-000, aqui denominado simplesmente de **CONTRATANTE**; e de outro lado _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, neste ato representado(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF _____, residente e domiciliada _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente CONTRATO, realizado mediante **Dispensa de Licitação nº 31/2023**, observando o que consta tudo em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a qual sujeitam-se as partes, observando as cláusulas e condições seguintes

Cláusula Primeira – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O presente contrato é firmado com base em Processo de Dispensa de Licitação, conforme autorizado pelo Art. 75, INCISO II da Lei 14.133/2021, com suas respectivas alterações.

Cláusula Segunda – DA NATUREZA CIVIL-ADMINISTRATIVA O CONTRATO

Fundamenta-se o presente contrato de prestação de serviços, em autorização legislativa consubstanciada na inclusão de dotação orçamentária específica para contratação de serviços de terceiros, não configurando qualquer forma de vínculo empregatício ou de admissão de pessoal.

Cláusula Terceira – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS

TÉCNICOS/PROJETOS VISANDO A OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO URBANO, JUNTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE PILAR DE GOIÁS-GO.

Cláusula Quarta – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4 DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR

1.1 ITEM:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QTD.	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS/PROJETOS VISANDO A OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO URBANO, JUNTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE PILAR DE GOIÁS-GO.	UN	1	R\$

1.2 DO PAGAMENTO:

O pagamento ocorrerá parcelado em 06 (seis) vezes de igual valor, sendo pago até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente ao que os serviços forem prestados, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do presente Contrato será compreendido da assinatura a 31 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogado, em razão da natureza continuada dos serviços contratados e no interesse da administração, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas.

Cláusula Sexta – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do presente contrato é de 6 (seis) meses, a contar da data de assinatura do contrato.

Cláusula Sétima – DO VALOR ESTIMADO

Estima-se em R\$ _____ (_____), o valor global a ser despendido pela CONTRATANTE, durante a vigência deste instrumento.



Cláusula Oitava – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas ora contraidas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.25. 15.451.0500.2.007– 3.3.90.39 – APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. FICHA: 208. FONTE: 100.

Cláusula Nona – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime será de execução indireta, respectivamente.

Nos preços unitários estão compreendidos todos os serviços e fornecimentos necessários à execução do objeto, incluindo todas as despesas diretas e indiretas e tudo mais o que fizer necessário para o perfeito desempenho dos serviços contratado, não cabendo a CONTRATANTE qualquer contribuição ou encargos, além dos previstos no procedimento licitatório e neste contrato.

É vedado à CONTRATADA descer ou transferir no todo ou em parte o Contrato, sem estar expressamente autorizada pela CONTRATANTE. Em caso de cessão ou transferência, a mesma permanecerá solidariamente responsável com a nova CONTRATADA.

Cláusula Décima – DAS RESPONSABILIDADES

O CONTRATADO será responsável pela reparação civil de danos porventura causados a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE.

Caberá à CONTRATANTE: Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATANTE deverá: I) Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços objeto deste Dispensa de Licitação, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato, II) Fiscalizar o cumprimento das obrigações e responsabilidade da Contratada, III) Emitir ordem de início de Serviço autorizando a execução dos serviços objeto deste Contrato; IV) Dar a Contratada as condições necessárias para regular execução do Contrato; V) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da execução dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devem ser interrompidos.

Caberá à CONTRATADA: Além do cumprimento as disposições da Lei 14.133/2021, do contrato assinado com a CONTRATANTE, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem executados: I) Os serviços deverão ser prestados após a requisição de autorização de serviço. II) Executar o objeto deste certame, de acordo com as especificações que acompanham o termo de referência e seus anexos com observância dos prazos estabelecidos; III) Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias à execução do





serviços; IV) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Prefeitura de Pilar de Goiás-GO. V) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Prefeitura de Pilar de Goiás-GO. VI) Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem ainda assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pelo contrato, inclusive quanto aos preços praticados; VII) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa; VIII) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social trabalhista em vigor, obrigando-se a saná-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE; IX) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE; X) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados a serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência; XI) A inadimplência da licitante vencedora, com referência aos encargos estabelecidos nas condições anteriores, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto da licitação, razão pela qual a licitante vencedora deverá renunciar expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a CONTRATANTE; XII) Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e as orientações da contratante, observando sempre as determinações da Contratante. XIII) Permitir que servidor da prefeitura acompanhe os trabalhos junto à empresa à título de fiscalização.

Cláusula Décima Primeira – DA FISCALIZAÇÃO

Fica designado como fiscal do contrato o servidor: **DANILO FERNANDES DE OLIVEIRA CASTILHO**.

Cláusula Décima Segunda – DA RESCISÃO CONTRATUAL E MULTA PENAL

Constitui motivo para rescisão do presente contrato o não cumprimento por qualquer das partes das cláusulas pactuadas neste instrumento. Poderá, ainda, operar-se a rescisão amigável deste ajuste por acordo das partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE. Fica estipulada a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do contrato a favor do Município no caso de Rescisão do Contrato.



Cláusula Décima Terceira – DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Itapaci – Goiás, sob a jurisdição da qual se encontra este Município, para dirimir qualquer discussão em relação ao presente contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais qualificado que seja.

E por estarem assim justas e combinadas, assinam as partes o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor, para que surta seus efeitos legais.

PILAR DE GOIÁS, ____ de ____ de 2023.

MUNICIPIO DE PILAR DE GOIÁS
JOSELIO RODRIGUES DO NASCIMENTO NETO
Secretário Municipal de Gestão
Contratante

CNPJ nº _____
Contratado

Testemunha:
CPF/MF:

Testemunha:
CPF/MF: